

## SUMÁRIO

|   |   |
|---|---|
| GABINETE DO PREFEITO-----                 | 1 |
| SECRETARIA DA EDUCAÇÃO-----               | 3 |
| SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA-----         | 4 |
| SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL----- | 4 |
| PUBLICAÇÃO PARTICULAR-----                | 4 |

## GABINETE DO PREFEITO

### ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE IPTU

Aos 09 dias do mês de junho de 2014, na quadra de esportes do Colégio Simão Lutz, localizada na Rua das Jaqueiras, nº 329, Setor Araguaína Sul, em Araguaína, tendo sido convidado para compor a mesa as seguintes autoridades: Prefeito de Araguaína Ronaldo Dimas Nogueira Pereira, o presidente da Câmara de Vereadores Marcus Marcelo - representando os vereadores do município, Promotor de Justiça Alzemiرو Freitas representando o Ministério Público Estadual, Jose Hilário Rodrigues representando a OAB, Joaquim Barros – Presidente do CCABA e Alberto Sousa Brito – Secretário Municipal da Fazenda; a lista de presença conta com a assinatura de 300 (trezentas) pessoas.

O prefeito abriu a presente audiência pública pra tratar sobre os principais desafios na administração do Município de Araguaína, especialmente no que se diz respeito ao IPTU. No início de sua fala, relatou que muitos desconhecem o que passa por de trás das mudanças da legislação, detalhando as possibilidades de descontos presentes na Lei do IPTU desde que utilize alguns requisitos exigidos por lei.

Em seguida, apresentou a nova Planta de Valores explicando o motivo do aumento com a aplicação da mesma. Pontuou que Municípios com um crescimento demográfico tão significativo carece de um bom planejamento para conciliar os desafios presentes e futuros, que impactarão o desenvolvimento da cidade, como também o desafio de ser gestor de uma cidade como Araguaína e encontrar “oportunidades” querendo fazer política com o assunto IPTU.

Falou também do uso de técnicas de planejamento da cidade em todos os aspectos e a necessidade de arrecadação para pagar essas obras, e que nos últimos anos trouxe enorme comprometimento na gestão da cidade a falta de atualização da Planta de Valores de maneira correta.

Em seguida, citou o considerável endividamento do Município, bem como o sucateamento das estruturas urbanas e administrativas, dentre outros prejuízos sociais e econômicos, fora a conseqüente perda de competitividade com as cidades circunvizinhas.

Utilizando um Datashow, passou a detalhar a antiga Planta de Valores, ou seja, conforme explanado apontou os valores da Zona A – H, destacando que não existia um Planta organizada, pois na Zona A teria o valor mais valorizado de m<sup>2</sup>, no valor por voltam de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais), o que causa injustiça fiscal.

Começando pelo centro da cidade, mostrou as Zonas e Subzonas de quase todas as divisões que se chegaram após a formação da Comissão da Planta de Valores, lembrando que antes passou por uma avaliação feita por um engenheiro civil.

O segundo a se manifestar foi o promotor de Justiça Alzemiرو Freitas. Ele iniciou sua apresentação com foco na ação proposta pelo órgão, bem como lembrado que a Justiça acatou seu pedido liminar e que discorda de alguns pontos. (escutar áudio).

O Prefeito Ronaldo Dimas fez uso da palavra novamente e relatou que o recadastramento imobiliário da cidade continua aberto para a população.

Em seguida, Jose Hilário Rodrigues solicitou que os novos valores do IPTU devem ser cobrados apenas em 2015 e repassou a palavra ao representante da Comissão da OAB (IPTU) Dr. Leonardo. No seu ponto de vista não cabe discutir os valores da Planta de Valores de 2014 no transcorrer do presente ano, já que desrespeita o princípio constitucional da anterioridade, tendo solicitado que a Planta de Valores de 2013 seja aplicada no ano de 2014.

Retornando a palavra novamente ao Prefeito, explicou os valores irrisórios cobrados pela antiga Planta de Valores de 2013, e que no caso de opte pela cobrança do IPTU com base no posicionamento da OAB, está caracterizado renúncia de receita.

Posteriormente, o Presidente da Associação de bairros de Araguaína Joaquim Barros falou que o povo mais humilde da sociedade se encontra em estado de medo, solicitando que seja demonstrado a quantidade de pessoas beneficiadas com a isenção da nova lei. Dimas respondeu afirmando que cerca de 7000 (sete mil) pessoas serão isentas do IPTU, tendo por base o cadastro fornecido pela Secretária Municipal de Ação Social.

Momento seguinte, Jefferson fez o uso da palavra e relatou que realizou uma reunião na sede da Associação das pessoas portadoras de deficiência física e que alguns imóveis estavam cadastrados de forma errônea. O prefeito respondeu aos seus questionamentos, apontado inclusive que a Associação no qual ele representa, está isento do pagamento do IPTU.

Em seguida, o presidente da Câmara Marcus Marcelo apresentou os detalhes da passagem do projeto de lei na Câmara Municipal de Araguaína, apresentando sucessivamente algumas questões que não tinham sido bem explicadas, tendo ressaltado que não aceita que o assunto seja palco de promoção política.

Rademark Saraiva, representante da ONG SOS LIBERDADE repassou a palavra ao senhor Isaias Neto, tendo focado no assunto “alíquota”, já que citou os valores de várias cidades brasileiras, tendo apresentado como solução a aplicação da alíquota no valor de 0,25 %. O representante do Movimento Ecológico Guardiões da Natureza, senhor Abrão Jorge Neto protocolou o pedido da aplicação do Código Tributário nº 591, em seu artigo 14, que diz o IPTU não pode ser cobrado mais que duas vezes o seu valor.

O senhor Raimundo da Caixa Econômica Federal, iniciou sua fala apontando que este momento é histórico, pois estamos no exercício da democracia. Na oportunidade, fez uma comparação com o Município de Curitiba e que mora na cidade desde o ano de 1983, entre outros assuntos.

O Presidente do SINTRAPOSTO questionou a Prefeitura de Araguaína sobre a não utilização do Estatuto das Cidades, lamentou da enorme quantidade de loteamento sem estrutura em nossa cidade e que discordava do aumento do IPTU, tendo citado alguns pensadores (escritores) do assunto.

O prefeito, respondendo Marcos, anunciou que o Município de Araguaína está realizando a regularização fundiária em nossa cidade e que em relação ao loteamento, lançou o desafio de mostrar qualquer dono de loteamento que esteja satisfeito com sua atuação, pois em sua gestão não foi aprovada qualquer loteamento que não tenha estrutura, com exceção do Loteamento Costa Esmeralda.

O presidente da AMAPITO JB, afirmou que o seu desejo é que isso termine logo, em razão da sociedade não pode pagar pelos erros das gestões anteriores.

A vereadora Silvinha em seu pronunciamento solicitou a redução da alíquota, entre outros. Em seguida, Ulisses Parente elogiou a postura da Prefeitura de Araguaína, tendo relatado que o presente momento exige a discussão por parte da sociedade juntamente com as autoridades.

Por fim, Acácio Eloi Alves, residente na Rua G 27, Vila Aliança, solicitou que seja revisto sua situação em razão de não concordar com o aumento da nova Planta de Valores do IPTU.

Encerrando e tentando chegar a um coeficiente comum, o Promotor de Justiça solicitou resposta de como pagar o IPTU 2014, bem como, solicitou a convocação de uma comissão especializada no assunto para realizar uma outra audiência pública e chegar a um denominador comum.

Com a palavra, o prefeito Dimas respondeu ao Promotor de Justiça afirmando que o local ideal para realização de outra audiência pública deveria ser nas dependências do Ministério Público em razão da acessibilidade, tendo marcado o dia 11 de junho às 10:00 o dia de sua realização, tendo feito a convocação das entidades presentes pelo microfone afirmando que a decisão final ficaria apenas se daria após ouvir novamente as entidades. Eu, Thiago Rodrigues Alencar, digitei.

Araguaína, Estado do Tocantins, aos 09 de junho de 2014.

### ATA DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE IPTU

Aos 11 dias do mês de junho de 2014, no auditório do Ministério Público Estadual, localizada na Rua das Jaqueiras, nº 329, Setor Araguaína Sul, em Araguaína, tendo sido convidado para compor a mesa as seguintes autoridades: Prefeito de Araguaína Ronaldo Dimas Nogueira Pereira, o presidente da OAB subseção de Araguaína Jose Hilário Rodrigues, Promotor de Justiça Alzemi Freitas representando o Ministério Público Estadual e Alberto Sousa Brito – Secretário Municipal da Fazenda, além do senhor Advogado Marques Elix (deficiente visual). Lista de Presença com assinatura de 43 (quarenta e três) pessoas.

O prefeito abriu a presente audiência pública para escutar as propostas de cada entidade. Repassado a palavra ao Presidente da OAB José Hilário Rodrigues, este solicitou a aplicação da Planta de Valores de 2013 no ano de 2014 pelos motivos apresentados nas reuniões anteriores.

Dra. Luciana, Procuradoria Geral do Município, avaliou a proposta apresentada pela OAB e concordou com os termos apresentados, tendo realizado outros apontamentos jurídicos.

O terceiro a se manifestar foi o representante dos portadores de deficiência Jefferson Cardoso Coutinho. Ele iniciou sua apresentação com as seguintes propostas: – No ano de 2014, aplicar-se-ia 60% (sessenta) por cento da atual Planta de Valores 2014, sem prejuízo dos descontos já concedidos e fixados em lei e para o ano de 2015, rediscussão com a sociedade Araguaíense da atual Planta de Valores, caso ela entenda necessária, sendo que o lançamento do imposto se daria por uma fiscalização ampla, geral e irrestrita para avaliação da real condição dos imóveis, levando-se em conta a capacidade contributiva dos araguaíenses, além de outras que não teve como ser atendida em razão de ser para o IPTU 2015.

O Prefeito Ronaldo Dimas fez uso da palavra novamente e começou a realizar a leitura da proposta acima apresentada, em razão da solicitação realizada pelo Presidente do CCABA Joaquim Barros, tendo mostrado os índices utilizados para se chegar ao valor do imóvel para que seja aplicada a alíquota prevista na lei.

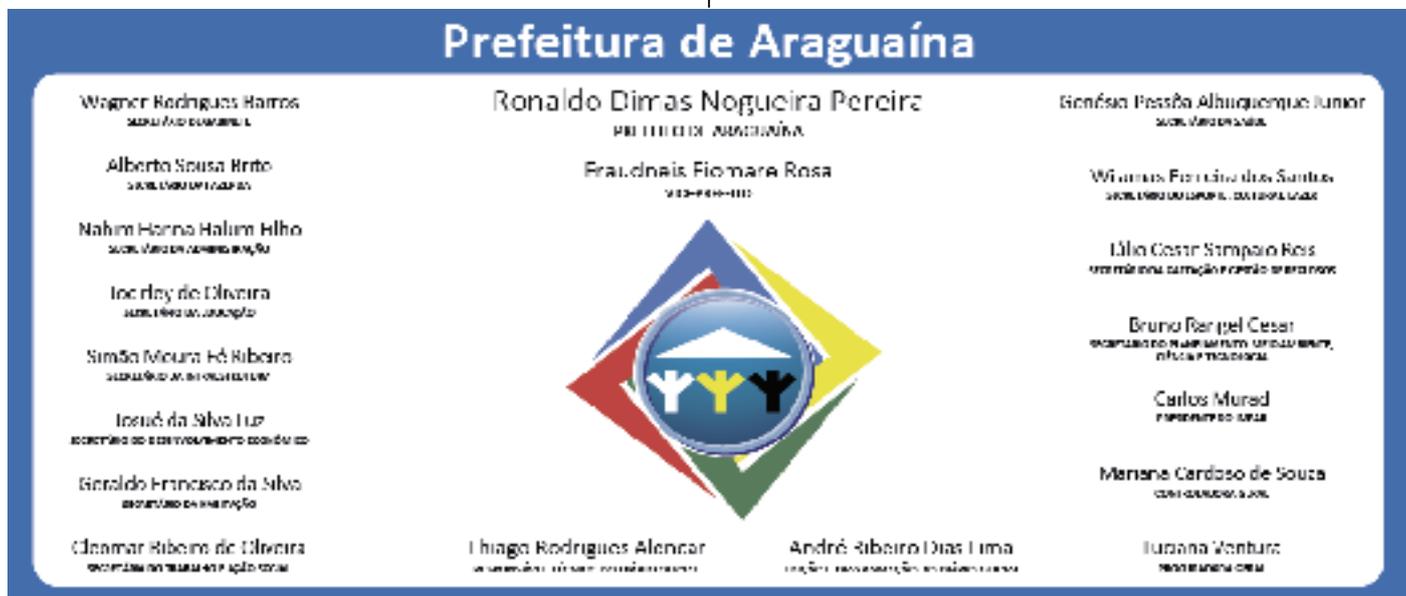
Em seguida, Jeferson mostrou que o erro estava no valor da análise da edificação, tendo interferido na fala deste o Secretário Alberto Sousa Brito, descrevendo as situações peculiares de cada imóvel, detalhando que o erro não era por parte da construção, mas em razão das pessoas não estarem acostumadas a informar o valor correto no momento do cadastramento.

O representante da ONG SOS Liberdade Isaias Neto solicitou que fizesse o cálculo de seu imóvel naquele momento e que os fiscais deveriam realizar a fiscalização in loco.

No seu ponto de vista está havendo especulação imobiliária por parte da Prefeitura de Araguaína, retornando a palavra novamente ao Prefeito, explicando novamente o papel desenvolvido pela Comissão da Planta de Valores.

Posteriormente, foi colocada em votação as propostas apresentadas pelas entidades no sentido da unificação de todos os pontos de vistas e opiniões, buscando se chegar a um ponto de equilíbrio no sentido de aplicar a Planta de Valores de 2013.

Em suma, verificou-se pelos presentes, que melhor se adequaria aos anseios da população seria a reclassificação das áreas do município (visto inexistência de qualquer documento que justificasse as áreas utilizadas para cobrança do imposto em 2013) utilizando-se para cobrança a planta de valores de 2013, contudo com valores que não ultrapassassem 60% dos valores cobrados na planta de 2014, tendo proferido voto a favor, as seguintes entidades:



01 - Sindicato dos Professores: Miriam Mendes Barbosa;  
 02 - ACIARA – Ulisses de Parente Aires;  
 03 - Câmara de Vereadores – Edimones Matos Galdino.  
 04 - Sindicato dos Bancários - Raimundo Alves Barbosa  
 05 - CCABA - Joaquim Barros;  
 06 – OAB – José Hilário Rodrigues;  
 07 – ONG SOS LIBERDADE – Isaias Pereira da Costa Neto e Rademarker Saraiva Martins;  
 08 - ADA - Associação das Pessoas com Deficiência de Araguaína) – Jefersson Cardoso Coutinho.  
 09 – Poder Executivo;

A única entidade a não concordar com a proposta foi a FAMPEC – Antônio Rubens Aires de Alencar, o que não prevaleceu em razão de ser voto único.

O Secretário da Fazenda Alberto Brito apontou que o imóvel do senhor Isaias não tinha alguns informações suficiente para o cálculo da redução de seu IPTU.

Logo, adentrou no site da Prefeitura e fizesse a simulação com dois imóveis (terreno e edificado) devidamente cadastrados, tendo chegado a seguinte conclusão:

Exemplo de Cálculo de IPTU em Terreno

| Descrição   | Item | Planta de Valores 2014 | Planta Ajustada na Audiência Pública |
|---|------|------------------------|--------------------------------------|
| Valor do Metro Quadrado do Terreno  | 1    | 150,00                 | 50,25                                |
| Área  | 2    | 360,00                 | 360,00                               |
| Base de Cálculo = (Item 1 X item 2 = item 3)  | 3    | 54.000,00              | 18.090,00                            |
| Alíquota de Terreno prevista em lei   | 4    | 2%                     | 2%                                   |
| Valor do IPTU Sem desconto  | 5    | 1.080,00               | 361,80                               |
| % De Desconto Médio   | 6    | 40%                    | 40%                                  |
| Valor do Desconto = (item 5 x item 6 = item 7)  | 7    | 432,00                 | 144,72                               |
| Valor Líquido = (item 5 - item 7 = item 8)  | 8    | 648,00                 | 217,08                               |
| Valor Reduzido = R\$648,00 (Planta de Valores 2014) - R\$ 207,36 (Planta Ajustada) = R\$ 440,64 | 9    |                        | 430,92                               |
| Redução em Percentual   |      |                        | 66,50%                               |

Exemplo de Cálculo de IPTU Imóvel Edificado

| Descrição   | Item | Planta 2014 | Planta Ajustada por audiência Pública |
|---|------|-------------|---------------------------------------|
| Valor do metro quadrado do Terreno                    | 1    | 150,00      | 50,25                                 |
| Área do Terreno                                       | 2    | 360         | 360                                   |
| Valor Venal do Terreno - (item 1 x item 2) = item 3   | 3    | 54.000,00   | 18.090,00                             |
| Área Edificada - 216 m <sup>2</sup> x item 9 = item 4 | 4    | 138.123,36  | 138.123,36                            |
| Redução do Valor Venal da Edificação - 35%            | 5    | 48.343,18   | 48.343,18                             |
| Valor Venal da Edificação (item 4- item 5) = item 6   | 6    | 89.780,18   | 89.780,18                             |
| Base de Cálculo (item 3+ item 6) = item 7             | 7    | 143.780,18  | 107.870,18                            |
| Ano da Edificação                                     | 8    | 1.997       | 1.997                                 |
| Valor do Metro Quadrado Edificado (Padrão Médio)      | 9    | 639,46      | 639,46                                |
| Valor do Metro Quadrado com desconto                  | 10   | 415,65      | 415,65                                |
| Alíquota de Imóvel Edificado                          | 11   | 1%          | 1%                                    |
| Valor do IPTU Sem desconto                            | 12   | 1.437,80    | 1.078,70                              |
| % De Desconto Médio                                   | 13   | 40%         | 40%                                   |
| Valor do Desconto                                     | 14   | 575,12      | 431,48                                |
| Valor Líquido   | 15   | 862,68      | 647,22                                |
| MARGEM DE REDUÇÃO                                     | 16   |             | 24,98%                                |

Por fim, o Chefe do Executivo agradeceu a presença de todos e solicitou a mim, Thiago Rodrigues Alencar, Secretário, que fosse lavrada a presente ata e seja publicada no Diário Oficial do Município de Araguaína para as finalidades de direito, dando por encerrada a audiência pública.

Araguaína, Estado do Tocantins, 11 de junho de 2014.

### AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO PREGÃO SRP Nº 007/2014

A Superintendência de Licitações e Compras do Gabinete do Prefeito do Município de Araguaína – TO, localizada na Rua 25 de dezembro, nº 265, 1º andar, Centro, Araguaína – TO, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura comunica o adiamento “sine die” do Pregão Presencial nº 007/2014 - SRP para alterações no edital.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone 3411-7004 e no guichê da CPL, no horário de 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min em dias úteis.

Araguaína – TO, aos 12 dias de Junho de 2014.

Antônio Martins Araújo  
Superintendente de Licitações e Compras

### ATA DE JULGAMENTO

#### TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2014

Aos dez dias do mês de junho de 2014, em Araguaína, Estado do Tocantins, no Auditório da Comissão Permanente de Licitação do Gabinete do Prefeito, situada na Rua 25 de Dezembro, nº265, reuniram-se a partir das 15h:00min, os membros da Comissão Permanente de Licitação designada através da Portaria firmada pelo chefe do Poder Executivo, abaixo assinados, para proceder ao julgamento referente à Tomada de Preços nº 004/2014, objeto do Processo administrativo nº 2474.084.149.0006225/2014, destinada a contratação de empresa especializada para a realização de serviços de construção de calçadas na Avenida Cônego João Lima, em Araguaína - TO. De posse do documento firmado pela Secretaria Municipal da Infraestrutura, na condição de órgão responsável pelos serviços em questão, informando que a proposta de menor preço ofertada pela empresa TOCANTINS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. apresenta os preços unitários compatíveis com os preços de mercado e exequíveis, portanto, concluindo que, tecnicamente, não há impedimento quanto à aceitabilidade da referida proposta, a Comissão, por unanimidade de seus membros, decide declará-la vencedora do presente certame pelo valor total de R\$ 1.057.187,96 (um milhão, cinquenta e sete mil e cento e oitenta e sete reais e noventa e seis centavos). Assim sendo, proceda a comunicação desta decisão aos participantes da licitação, oportunidade em que estará aberto o prazo legal de recurso referente a esta fase. Nada mais havendo a relatar, encerra-se a presente sessão com a lavratura desta ata, que, após lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e membros da Comissão. Araguaína – TO, 10 de junho de 2014.

Antônio Martins de Araújo  
Presidente

Victor Nathan Araújo Aguiar  
Membro

Robbert Pereira Santos  
Membro

#### Extrato de Contratação por Inexigibilidade de Licitação

Espécie: Inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, I da Lei no 8.666/1993;

Favorecido: WALLVEBER SALES DA ROCHA - EPP;

Objeto: Estimativa para aquisição de combustível para aeronave a ser utilizado no helicóptero da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins, para reforçar a segurança pública e auxiliar as viaturas terrestres durante a EXPOARA/2014;

Valor Estimado: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais);

Processo: 24474.038.144.00000099/2014;

Homologado: em 09/06/2014, por Wagner Rodrigues Barros, Secretário Chefe de Gabinete.

**SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

ESCOLA MUNICIPAL WILLIAM CASTELO BRANCO MARTINS  
ARAGUAÍNA-TOCANTINS

### TERMO DE ADJUCAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE APOIO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA MUNICIPAL WILLIAM CASTELO BRANCO MARTINS, após análise de documentação apresentada e julgados todos os recursos referente ao Pregão Presencial nº 006/2014 o (a) Sr (a) Alessandra Reis de Queiroz presidente da comissão de licitação adjuca as empresas vencedoras conforme indicado no quadro abaixo:

| Vencedores   |   |
|--|---|
| Fornecedor   | Itens   |
| Juarez de Oliveira Lopes   | 01, 04, 12, 13, 15, 17 e 21.                  |
| Valor R\$ 558,80 (quinhentos e cinquenta e oito reais oitenta e seis centavos)           |   |
| E. Fernandes da Silva  | 03, 08, 11 e 20                               |
| Valor R\$ 273,40 (duzentos e setenta e três reais e quarenta centavos)                   |   |
| D. S. S. Silva Varejista   | 02, 05, 06, 07, 09, 10, 14, 16, 18, 19, e 22. |
| Valor R\$ 1.643,36 (hum mil seiscentos e quarenta e três reais e trinta e seis centavos) |   |

Araguaína-TO, 13 de junho de 2014.

Nome do Presidente da Comissão de Licitação  
Alessandra Reis de Queiroz

## SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

### EXTRATO 4º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO

CONTRATO N. 027/2012  
PROCESSO N. 839/2012  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Araguaína  
CONTRATADO: Construtora Ipanema do Tocantins  
OBJETO: Serviços de Tapa Buraco com PMF, Recapeamento com Lama Asfáltica, Pavimentação Asfáltica com Tratamento Superficial Duplo, Execução de Sinalização Horizontal e Drenagem Superficial, no Município de Araguaína.  
VALOR GLOBAL: R\$ 4.561.127,72 (Quatro milhões, quinhentos e sessenta e um mil, cento e vinte e sete reais e setenta e dois centavos).  
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 10/06/2014  
VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO: 17/06/2013 a 16/12/2014  
SIGNATRIO: Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Araguaína, 01 de Junho de 2014.

SIMÃO MOURA FÉ RIBEIRO  
Secretário Municipal de Infraestrutura  
Portaria 004/2013

## SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 010/2014  
PROCESSO Nº. 2474.0006369/2014  
CONTRATANTE: Secretaria do Trabalho e Ação Social  
CONTRATADA: PAULO ROBERTO VIEIRA NEGRÃO  
OBJETO: Locação de Imóvel  
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação  
VALOR GLOBAL: R\$11.900,00 (Onze mil e novecentos reais)  
DATA DA ASSINATURA: 02 de junho de 2014.  
VIGENCIA: 07(sete) meses  
DOTAÇÃO: D.O. 08.244.2030.2.427 – E.D. 3.3.90.36.15 – Ficha: 5927 – Vínculo: 080

Araguaína - TO, 02 de junho de 2014.

Publique-se,

Cleomar Ribeiro de Oliveira  
Secretária do Trabalho e Ação Social

Processo nº: 2474.0006578/2014  
Unidade: Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social.  
Assunto: Locação de Imóvel.  
Interessado: Laudi Barros dos Santos  
Valor: R\$ 9.000,00

### RECONHECIMENTO DE DESPESA

Ao amparo do Artigo 37 da Lei Federal nº: 4.320/64, reconheço a despesa contraída com Locação de Imóvel da Sr.<sup>a</sup> Laudi Barros dos Santos, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), referente ao período de 02 de Janeiro de 2014 a 31 de Maio de 2014, autorizando a adoção de medidas necessárias à sua quitação.  
Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social, aos 11 (onze) dias do mês de Junho de 2014.

Cleomar Ribeiro de Oliveira  
Secretária Municipal do Trabalho e Ação Social

## PUBLICAÇÃO PARTICULAR

### SISEPAR

Ofício/SISEPAR/035 Araguaína, 12 de junho de 2014

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Em cordial visita sirvo-me deste para lhe informar que no dia 11 de junho de 2014 foi realizada por este Sindicato com a participação de outros sindicatos tais como SINTET, SINDIDETO, SINDIFATO e SINTRAS uma assembléia Geral extra ordinária onde os Servidores tomaram as seguintes decisões:

1º Que seria encaminhado este ofício a V.Exa solicitando as devidas providencias por parte da Administração

- Tendo em vista que a data base começou a ser negociada em março de 2013 e que o inicio de pagamento foi somente em novembro de 2013, o pagamento, ou indicativo de pagamento da diferença desses meses, março a outubro.
- Retorno imediato do pagamento de adicionais - insalubridade, periculosidade, penosidade, noturno - os quais cada categoria faz jus.
- Repasse dos incentivos federais a que fazem jus determinadas categorias.
- Data de termino do PCCR dos servidores do quadro geral, saúde, administrativo e da educação.

- 2º Decidiram também que caso V. Exa insista em não dialogar Conosco e não nos dê uma resposta oficial até dia 23 de Junho de 2014, no dia seguinte os Servidores realizarão outra assembleia e farão um protesto com passeata pelas ruas da cidade com concentração na porta da Prefeitura, já que há muito tempo vimos reivindicando tais mudanças.

Sendo só para o momento, agradeço e me despeço com protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

*Carlos Guimarães Valadares*  
Carlos Guimarães Valadares

Presidente do SISEPAR